

CORREIO POLÍTICO



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Bolsonaro já tinha pedido ao STF para ir ao hospital

Bolsonaro passa mal e é hospitalizado em Brasília

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) deixou a prisão domiciliar nesta terça-feira (16) para ir ao Hospital DF Star, em Brasília, após passar mal. Ele foi levado pelos policiais penais que fazem o monitoramento de sua residência. Pelas redes sociais, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) informou que o ex-presidente apresentou uma crise forte de soluço,

vômito e pressão baixa. Desde o dia 4 de agosto, Bolsonaro cumpre prisão domiciliar por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Conforme a decisão do ministro, Bolsonaro pode ir ao hospital em caso de emergência médica, mas deve enviar ao STF um atestado médico no prazo de 24 horas após o atendimento.

Saída

No último domingo (16), dias após ser condenado pelo STF a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe, Bolsonaro passou por um procedimento na pele e por exames que constatarem quadro de anemia, segundo o boletim médico divulgado pelo hospital.

Sintomas

Após exames no hospital, o cardiologista Leandro Echenique comunicou que Jair Bolsonaro apresentou episódio de mal-estar, pré-síncope (perda iminente de consciência, mas sem chegar a perder os sentidos completamente) e vômitos com queda da pressão arterial.



Bruno Peres/Agência Brasil

Flávio diz que Bolsonaro não precisará fazer cirurgia

Ex-presidente teve que passar a noite no hospital

Após receber um atendimento de emergência na unidade de saúde em Brasília, Bolsonaro realizou exames e teve que passar a noite no hospital. Em entrevista à imprensa na saída do Hospital, Flávio Bolsonaro, senador da República e filho mais velho do ex-presidente, disse que acredita que ele teve problemas de saúde

devido ao psicológico afetado com a condenação. “Eu acredito muito que o que ele está sofrendo é questão mental. É um massacre diário, as pessoas não tem nem a humanidade dele estabilizar para continuar ameaçando”, lamentou o senador. Aguarda-se atualizações do quadro de saúde de Bolsonaro.

Falta de ar

Segundo Flávio, Bolsonaro sofreu de falta de ar antes de ir ao hospital: “O que a Michele [Bolsonaro] me relatou é que ele estava com soluços que vinham ficando mais fortes progressivamente. Quando isso acontece parece que trava o diafragma dele e ele fica com falta de ar”.

Progressão

O senador reiterou a internação é resultado de uma progressão de problemas de saúde enfrentados pelo ex-presidente, especialmente após a facada. De acordo com Flávio começam com soluços que vão crescendo progressivamente e desencadeiam em falta de ar.

Vômito

O senador ainda relatou que ele ficou com falta de ar por cerca de dez segundos. “A reação dele foi, acho que, repelir o que estava obstruindo o aparelho digestivo dele”, relatou Flávio, alegando que o caso gerou fortes crises de vômito e a ex-primeira-dama o levou ao hospital.

Histórico

Desde que sofreu o atendimento com uma facada em campanha presidencial em 2019, Bolsonaro enfrenta uma série de problemas de saúde. Em abril ele foi internado na UTI para realizar a nona cirurgia em decorrência da facada. Ele enfrentava problemas de obstrução intestinal.

Motta convoca líderes para tratar sobre PL da anistia

O rito, caso aprovado, permite a análise diretamente no plenário

Por Karoline Cavalcante

A possibilidade de acelerar a votação do projeto de lei que oferece anistia ampla, geral e irrevogável aos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro de 2023 — que invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes —, deve voltar à pauta da Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (17). O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), convocou uma reunião com as lideranças partidárias para deliberar sobre a urgência da proposta, que visa conceder perdão também aos condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por articular uma tentativa de golpe de Estado, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O aviso da convocação foi feito por Motta nesta terça-feira (16) em suas redes sociais, após participar de um encontro com líderes. Durante a reunião, a oposição reiterou a pressão para a aceleração do processo e, segundo interlocutores do presidente da Câmara, “ele sempre disse que trataria o tema quando fosse o desejo da maioria dos líderes”.

O regime de urgência, caso aprovado, permite que o projeto seja analisado diretamente no plenário, sem a necessidade de passar pelas comissões temáticas da Casa. Para que a proposta siga esse rito acelerado, no entanto, é necessário que um mínimo de 257 deputados concordem com o requerimento.

Visitas

Enquanto o tema gera divisões internas, movimentações nos bastidores indicam que o campo oposicionista segue na articulação para viabilizar o PL. Na segunda-feira (15), o ministro do STF Alexandre de Moraes autorizou visitas a Bolsonaro — que está em prisão domiciliar preventiva enquanto aguarda o período de recursos do processo, que o sentenciou a 27 anos e três meses de prisão —



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

O aviso da convocação foi feito pelo presidente da Câmara em suas redes sociais

incluindo o presidente do Partido Liberal, Valdemar Costa Neto; o deputado federal Rodrigo Valadares (União-SE), relator do projeto de anistia; o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ); líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN); e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). As visitas estão previstas para acontecer entre os dias 22 e 29 de setembro.

Na segunda-feira, o governador de São Paulo era esperado por lideranças políticas em Brasília, no entanto, a viagem foi cancelada. A desistência coincidiu com a divulgação de uma pesquisa Datafolha no último sábado (13), mostrando que 54% dos brasileiros são contrários à medida, enquanto 39% são favoráveis. O recuo também pode ser interpretado como tentativa de conter o desgaste provocado por recentes declarações do governador, que atacou o relator do processo da tentativa de golpe, ministro do STF Alexandre de Moraes, em evento no 7 de Setembro, chamando-o de “tirano”.

Resistência

Nesta terça-feira, um novo levantamento divulgado pelo Instituto Quæst sobre o tema demonstra a manutenção do entendimento: 41% dos entrevistados são contrários à anistia, enquanto 36% são a favor. Já 10% são favoráveis ao perdão somente aos envolvidos nos ataques do dia 8 de janeiro, ou seja, sem a inclusão dos condenados do alto escalão do governo Bolsonaro pela tentativa de golpe de Estado.

Durante o Fórum pela Democracia, realizado no teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o coordenador-geral do movimento, Fernando Guimarães Rodrigues, fez a leitura de um manifesto afirmando que a Justiça brasileira “enfrentou uma agressiva tentativa de ingerência” do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (República), que devido ao avanço do julgamento da tentativa de golpe, determinou a aplicação da Lei Magnitsky — criada para punir violações graves de

direitos humanos e casos relevantes de corrupção — contra Moraes — relator do processo —, além do anúncio de tarifas de 50% a produtos brasileiros. Para Guimarães, a pressão por uma anistia é “desleal” e “inconstitucional”.

“O direito, contudo, já considera que anistiar quem violou as regras democráticas, e sequer reconhece a sua legitimidade, é a outra face do golpismo, que favorece a possibilidade de que novos ataques sejam desferidos contra o regime sem que os autores paguem por seus crimes”, diz o documento.

Caso o projeto seja pautado e aprovado na Câmara, ainda restará a análise do Senado. O presidente da Casa Alta, Davi Alcolumbre (União-AP), já se mostrou resistente à ideia de uma anistia integral e, juntamente ao senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), costumam uma alternativa mais viável: um projeto que reduza as penas aplicadas, tentando equilibrar a pressão política com a preservação da autoridade institucional do Judiciário.

CPMI do INSS convoca familiares do ‘careca do INSS’

Por Gabriela Gallo

Após o lobista e empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como o “careca do INSS”, desistir de prestar depoimento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os descontos ilegais de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), os membros da comissão aprovaram, nesta terça-feira (16), os requerimentos que convocam os depoimentos da esposa e o filho do “careca”. A previsão é que eles compareçam na sessão desta quinta-feira (18).

Foram aprovadas as convocações de seis pessoas pra prestar depoimento na comissão. Dentre elas, a esposa de Antônio Antunes, Tania Carvalho dos Santos, e o filho dele, Romeu Carvalho Antunes. Ambos são sócios de Antonio, apontado como peça central do esquema de desvios de recursos de beneficiários do INSS, em empresas acusadas de envolvimento no esquema de descontos ilegais de aposentados e pensionistas. A medida fora anunciada previamente pelo vice-presidente da comissão, deputado federal Duarte Júnior (PSB-MA), em suas redes sociais.



Pedro França/Agência Senado

Carlos Viana reitera que testemunhas serão localizadas

Além dos familiares do “careca”, a CPMI também aprovou os requerimentos que convocam Milton Salvador de Almeida Júnior e Rubens Oliveira Costa, ambos sócios de Antunes, e o advogado Nelson Wilians Fraton Rodrigues. Para além dos familiares de Antônio Carlos Camilo Antunes, a comissão também mirou na convocação de Cecília Mon-

talvão Queiroz, que é esposa de Maurício Camisotti, empresário citado pela Polícia Federal (PF) como peça relevante no esquema de desvios ilegais.

Todos eles deverão depor na comissão nesta sessão de quinta-feira, a partir das 9h, mas nas condições de testemunhas, não de investigados. De acordo com o presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-

-MG), as testemunhas que não forem localizadas serão procuradas pela Polícia Legislativa do Senado em todos os estados para que possam comparecer à comissão.

Relembre

Dias após a comissão parlamentar mista aprovar a convocação do “careca do INSS”, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça garantiu que, tanto Antônio Carlos Camilo Antunes quanto Maurício Camisotti, não tem a obrigação de comparecer e prestar depoimento na CPMI. Apesar da decisão de Mendonça, publicada no sábado (13), ser sigilosa, o magistrado alegou que tecnicamente a PF pode apresentar ambos os acusados à comissão, mas que o comparecimento deles não é compulsório.

No domingo (14), os advogados de defesa do “careca do INSS” informaram que ele participaria da sessão desta segunda (15), a fim de esclarecer desentendimentos no caso. Contudo, ele voltou atrás e não compareceu na comissão. Camisotti também estava previsto para depor na quinta, mas já comunicou que não comparecerá no Congresso Nacional.